

MEMÓRIA DE REUNIÃO ORDINÁRIA VIRTUAL (02/2021)

CONSELHO MUNICIPAL DE GESTÃO E SANEAMENTO AMBIENTAL DE SANTO ANDRÉ – COMUGESAN

Santo André, 16 de março de 2021.

PARTICIPANTES

Poder Público:

- Nathalia Padovani – representante suplente da Superintendência (SEMASA)
- Eriane Justo Luiz Savóia – secretária executiva e representante titular do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA)
- João Aparecido Mendes – representante suplente do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA)
- Alexandre Cordeiro de Brito – representante titular da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos (SEMASA)
- Lilian Chinez Moreno – representante suplente da Coordenadoria de Assuntos Jurídicos (SEMASA)
- Nilson Oliveira Batista – representante titular do Departamento de Manutenção e Obras (SEMASA)
- Eudes Farina Grandolpho – representante suplente do Departamento de Resíduos Sólidos
- Cleonice de Almeida Pinto – representante titular da GCA/GEPLAN do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA)
- Fernanda Longhini Ferreira – representante suplente da GCA/GEPLAN do Departamento de Gestão Ambiental (SEMASA)
- Silvia Regina Ziantonio Morisco (PSA) – representante titular da Secretaria de Educação
- Claudia Mayumi Matayoshi – representante suplente da Secretaria de Educação (PSA)
- Douglas Alexandre Soares (PSA) – representante suplente da Secretaria de Habitação e Regularização Fundiária
- Rosimeire Cândida B. Clemente – representante titular da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos (PSA)
- Carla Freitas Affonso – representante suplente da Secretaria de Manutenção e Serviços Urbanos (PSA)
- Paulo Henrique Borges de Oliveira – representante titular da Secretaria de Meio Ambiente (PSA)
- Márcio Moreno – representante titular do Departamento de Proteção e Defesa Civil – SMSU (PSA)

Sociedade Civil:

- Eduardo Gobatti – representante titular da ACISA
- Alexandre Almeida Oshiro – representante titular do Clube da Família do Parque Andreense
- Olga Ferreira Mendes – representante suplente do Clube da Família do Parque Andreense
- Valéria Clednev – representante titular do Conselho Municipal de Representantes de Paranapiacaba e Parque Andreense
- Josenilda Maria da Silva – representante titular do MDDF
- Carolina Estefano – representante suplente do MDDF
- Maíra Soares Galvanese – representante titular do MDV
- Raquel Fernandez Varela – representante suplente do MDV
- Glaucia Bueno Quirino – representante titular da OAB 38ª Subseção de Santo André
- Helton Alves da Costa – representante titular da SEESP
- Jansen Nunes Rosa – representante titular do Sindicato dos Químicos do ABC
- Marcio Lisias Barone – representante suplente do Sindicato dos Químicos do ABC
- Wheber Lopes da Silva – representante titular do Sindicato dos Servidores Públicos de Santo André
- Alan José Duarte – representante suplente do Sindicato dos Servidores Públicos de Santo André
- Flávia de Sousa Gehrke – representante titular da FMABC
- Elena Maria Rezende – representante titular da PROLEG
- Ricardo Hideo Taniwaki – representante titular da UFABC
- Gabriela Faria Asmus – representante suplente da UFABC

Convidados:

- Davi Augusto Vieira – SEMASA
- Walber Nagot – SABESP
- Silvio Cunha – Município
- Zélia Paralego – Município
- Júlio Bastos – Município

PAUTA

- Informes da Plenária;
- Informes da Secretaria Executiva:
 - ✓ Metodologia da Oficina de Pauta;

- ✓ Revisão do Regimento Interno do Comugesan.
- Aprovação da memória da reunião virtual de 23/02/2021;
- Proposições e questionamentos;
- Assuntos:
 - ✓ Abastecimento de água nas regiões de Paranapiacaba, Parque Andreense e pontos altos do município de Santo André;
 - ✓ Gestão das obras de serviços de manutenção de água, incluindo hidrometração, na região de Paranapiacaba;
 - ✓ Situação atualizada do contrato entre Semasa e Sabesp;
 - ✓ Formação do Grupo de Trabalho URE Aterro Lara;
 - ✓ Formação do Grupo de Trabalho Parque do Pedroso.

ABERTURA

- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) iniciou a 2ª Reunião Ordinária do Conselho – Mandato 2021/2022 dando as boas-vindas a todos os conselheiros presentes.

INFORMES DA PLENÁRIA

- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) perguntou se a plenária tinha algum informe a fazer.
- A plenária não se manifestou.

INFORMES DA SECRETARIA EXECUTIVA

- Eriane Justo Luiz Savóia (DGA/SEMASA) informou, em relação à metodologia da Oficina de Pauta, que será elaborado um questionário com diversos temas de maior interesse da esfera ambiental. Comentou que haverá uma reunião com a Comissão de pauta até o final de março para preparar o documento que será encaminhado a todos os conselheiros, antes da realização da Oficina de Pauta virtual – prevista para o mês de abril de 2021.
- Eriane Justo Luiz Savóia (DGA/SEMASA), quanto à revisão do Regimento Interno, esclareceu que a Secretaria Executiva fará o envio do Regimento a todos os conselheiros, para que apontem acréscimos, remoções ou

alterações a se fazer no documento. Informou que esse assunto será discutido em uma pauta futura.

- Perguntou se a plenária tinha algum comentário a fazer.
- A plenária não se manifestou.

APROVAÇÃO DA MEMÓRIA DA REUNIÃO VIRTUAL DE 23/02/2021

- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) perguntou à plenária se alguém tinha alguma consideração a fazer acerca da memória.
- A plenária não se manifestou.
- A memória da reunião virtual de 23/02/2021 foi aprovada.

PROPOSIÇÕES E QUESTIONAMENTOS

- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) perguntou à plenária se alguém tinha alguma proposição e/ou questionamento a fazer.
- A plenária não se manifestou.

PAUTA SABESP – Abastecimento de água nas regiões de Paranapiacaba, Parque Andreense e pontos altos do município de Santo André; Gestão das obras de serviços de manutenção de água, incluindo hidrometração, na região de Paranapiacaba; Situação atualizada do contrato entre Semasa e Sabesp.

- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) convidou o Gerente Regional da Sabesp Walber Nagot para uma exposição sobre os assuntos previamente definidos pela Comissão de Pauta. Informou que após a apresentação, pedirá à plenária para dirigir perguntas e questionamentos ao Gerente.
- Walber Nagot (Convidado SABESP) apresentou-se como Gerente responsável pela Unidade de Gerenciamento Regional Tamanduateí da Sabesp, que supervisiona operações de água e esgoto nos municípios de Santo André e Mauá. Comprometeu-se a prestar todos os esclarecimentos necessários à plenária.

- Comentou que fará uma apresentação indicando o que a Sabesp tem feito e o que fará em 2021 até o início de 2022 em termos de ações e projetos para o município de Santo André.
- Em 31/07/2019, informou que a Sabesp tornou-se responsável pela gestão do abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Santo André, por meio de um contrato firmado por 40 anos.
- Em 11/09/2019, informou que foram definidos os primeiros objetivos estratégicos da estatal para Santo André: eliminar falta d'água; enviar esgoto para tratamento; levar água para 100% do município e reduzir perdas de água. Acrescentou que o contrato de programa e as metas estipuladas são instrumentos de consulta pública.
- Quanto à operação de água, informou que a Sabesp realizou as seguintes ações no município: implantação de 4 Adutoras (Erasmu/Assunção; Camilópolis; Vila Vitória/Miguel Ângelo e Parque Miami/Recreio da Borda do Campo); melhoria operacional no Sistema Rio Grande, construção de 55 km de novas redes de água e melhorias gerais na operação. Comentou que após essas intervenções, a vazão de água passou de 1.900 litros por segundo para 2.600 l/s – o que fez com que as faltas d'água recorrentes (por volta de 1.400) fossem solucionadas. Além disso, informou que o número de ligações de água subiu de 200 mil para 215 mil.
- Apresentou um gráfico demonstrando que as faltas d'água de 2019 para 2020 passaram de 1.400 para 110 ocorrências. Informou que as ações da Sabesp são reguladas pela ARSESP – Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de São Paulo. Comentou que 99% dos serviços são cumpridos dentro dos prazos definidos pela Agência.
- Para as áreas não regularizadas, informou que existe o Programa Água Legal da Sabesp, que objetiva universalizar o saneamento e reduzir perdas em regiões de alta vulnerabilidade social. Dentro do município de Santo André, por meio das ações do Programa, comentou que foram regularizadas 1.000 ligações e entregues 100 caixas d'água em 2020. Explicou que as famílias cadastradas (mais de 18.300 atualmente) no Água Legal possuem tarifa social – mais barata do que a cobrada normalmente.
- Quanto à operação de esgotos, informou que a Sabesp promoveu a despoluição de 4 córregos: Utinga; Itrapoã; Comprido e Cassaquera; a implantação de coletores troncos e de melhorias operacionais.
- Sobre a situação de Paranapiacaba, afirmou que a região não foi hidrometrada pela Sabesp, e sim pelo Semasa. O que pode ocorrer, segundo Walber Nagot (Convidado SABESP), é a substituição dos hidrômetros pela Sabesp. Esclareceu que houve uma mudança no modo de tarifação de água, explicando que, antes da gestão da Sabesp, a

cobrança era fixa, ou seja, pagava-se uma tarifa única, independentemente do consumo de água realizado (10 m³). Comentou que a Sabesp alterou o procedimento tarifário, cobrando pelo consumo efetivo dos moradores de Paranapiacaba. Alegou que isso pode facilitar a identificação de vazamentos e o consumo consciente da população.

- Informou que o abastecimento de água na região é realizado por meio de dois sistemas isolados: Olho D'Água e Tanque do Gustavo, que produzem aproximadamente 10 l/s para uma população de aproximadamente 1.000 habitantes. Acrescentou que há 429 ligações de água ativas na Vila de Paranapiacaba.
- Comentou que há um projeto da Sabesp que tem por objetivo tornar o Sistema Olho D'Água como única fonte de abastecimento aos habitantes da Vila, a fim de melhorar a operação e a qualidade da água, mantendo-se o mesmo índice quantitativo de produção.
- Informou que há um estudo em andamento para implantação de gerador no Sistema Olho D'Água, devido às quedas constantes de energia que prejudicam o abastecimento da Vila. Afirmou que até o fim de 2021 o projeto será concluído.
- Informou que a Sabesp está estudando a implantação de duas Estações de Tratamento de Esgoto compactas: uma na parte alta e outra na parte baixa da Vila, para que o esgoto produzido pelo município possa ser tratado antes de ser despejado em córrego.
- Elencou algumas ações da Sabesp em execução dentro do Município: construção de 35 km de redes no Parque Andreense; regularização de 15 mil ligações de água pelo Programa Água Legal; despoluição dos córregos Guarará, Apiaí, Beraldo e Jundiá e levantamento para instauração do Programa Se liga na Rede (esgotamento sanitário) em Santo André.
- Deixou disponíveis os seguintes canais de atendimento da Sabesp: 0800-0119911 (serviços comerciais); 195 (24 hs – acionamento de serviços de emergência); Agência Virtual (www.sabesp.com.br); Aplicativo Sabesp Mobile; comercialtamanduatei@sabesp.com.br e (11) 95976-7315 (Whatsapp). Agradeceu a oportunidade de apresentar as ações da Sabesp e colocou-se à disposição para responder as perguntas da plenária.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) abriu a palavra para as manifestações da plenária.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) salientou que a Comissão de Pauta, ao definir os assuntos dessa reunião, solicitou esclarecimentos sobre aspectos do contrato firmado entre a Prefeitura de Santo André e a Sabesp. Gostaria de saber quem trará respostas relacionadas a isso.

- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) respondeu que se tiver condições prestará as devidas informações, assim como o Gerente Regional Walber Nagot. Restando alguma pendência quanto aos questionamentos levantados, o Semasa e a Prefeitura comprometem-se a enviar as respostas aos conselheiros.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) perguntou quem é atualmente o gestor do contrato.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) informou que pela Sabesp quem faz a gestão do contrato é o Walber Nagot e o interlocutor na Prefeitura é o Semasa (Ricardo da Silva Kondratovich).
- Silvio Cunha (Convidado) informou que atua como empreendedor na Vila de Paranapiacaba há 20 anos. Comentou que durante o processo de hidrometração e a alteração na estrutura de cobrança, não foi devidamente avaliada a estrutura atual da região, pois há muitas casas que são interligadas, ou seja, possuem abastecimento compartilhado de água.
- Reforçou que Paranapiacaba não pode ser tratada única e exclusivamente sob a ótica comercial. Informou, baseado na ZEIP (Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio), que a cultura e a memória da Vila devem ser preservadas.
- Comentou que há contas de água na Vila que atingiram totais exorbitantes de R\$ 2.000,00, R\$ 4.000,00, até R\$ 20.000,00. Considerou esses valores, afirmando que não há possibilidade de se gastar tanta água, uma vez que muitas casas possuem no máximo 4 habitantes.
- Informou que, com os impactos nas contas d'água e o surgimento da pandemia da COVID-19, muitas atividades econômicas foram afetadas. Acrescentou que houve uma tentativa de conversa/negociação com a Sabesp para sanar os problemas referentes às contas de água, porém, o atendimento da estatal manteve-se inflexível, afirmando que a estrutura de cobrança seria alterada a partir de julho de 2020. Afirmou que a Prefeitura de Santo André, por ser a proprietária dos imóveis da Vila, foi procurada pela comunidade para auxiliar nas tratativas com a Sabesp. Alegou que o encaminhamento sugerido pela Prefeitura foi registrar reclamações no PROCON, para que, em posse das ocorrências, o Poder Público pudesse acionar a Sabesp.
- Frisou que a Sabesp precisa enxergar a Vila de Paranapiacaba como um patrimônio cultural a ser preservado, e considerar o modo de cobrança por pena. Além disso, afirmou que a Vila é produtora de água e não consumidora – visão que ressalta a importância histórica e patrimonial da região.

- Walber Nagot (Convidado SABESP) confirmou o fato de terem sido emitidas contas de água acima de R\$ 20.000,00. No entanto, esclareceu que nenhum morador da Vila pagou efetivamente essa quantia, pois houve reformulação dessas contas por parte da Sabesp, alterando a tarifa para 10 m³. Afirmou que, em obediência às regras da ARSESP, foi aplicado à Paranapiacaba o princípio da isonomia, para que a cobrança fosse realizada de forma justa e igualitária a todos os moradores. Acrescentou que ninguém teve suspensão do abastecimento de água por motivo de falta de pagamento, mesmo antes da decretação da quarentena.
- Quanto aos problemas apontados por Silvio Cunha (Convidado), afirmou que deixará disponível o seu contato para a comunidade da Vila, a fim de compreender melhor as dificuldades enfrentadas pelos moradores. Explicou que a estrutura de cobrança teve de ser alterada, citando como justificativa o consumo de água da Prefeitura de Paranapiacaba (aproximadamente 300 m³). Apesar disso, afirmou que a Sabesp está à disposição para analisar minuciosamente todos os casos da Vila.
- Elena Maria Rezende (PROLEG), ao estudar o contrato da Sabesp com a Prefeitura, verificou que no item 2.135, acerca do Plano de Investimento (p.15 – Anexos), consta a informação registrada pelo SEMASA de que a infraestrutura urbana de Paranapiacaba é deficiente, contando com rede coletora precária e uso de fossas sépticas. Destacou que por causa desses apontamentos definiu-se o modo de cobrança por pena, esclarecendo que somente após a troca das tubulações seria viável cobrar pelo consumo efetivo dos moradores da Vila.
- Perguntou ao Walber Nagot (Convidado Sabesp) quem foi o responsável pela decisão de modificar a estrutura de cobrança da Vila. Apesar de haver normas da ARSESP regulando as decisões da Sabesp, alegou que as informações do contrato quanto à precariedade do sistema de abastecimento existente em Paranapiacaba são suficientes para manter uma condição especial de cobrança para Santo André.
- Perguntou ao Walber Nagot (Convidado SABESP) se a Secretaria do Meio Ambiente de Santo André, atual órgão gestor da Vila de Paranapiacaba, foi notificada antecipadamente a respeito da alteração da estrutura de cobrança proposta pela SABESP.
- Salientou que o SEMASA sabia que havia inúmeros problemas de cadastros comerciais, citando exemplos de pessoas que acumularam débitos indevidos por falta de atualização de informações cadastrais. Acrescentou que não houve comunicação prévia aos moradores da Vila em relação às alterações tarifárias de água. Comentou que o SEMASA realizava intervenções sociais antes de implementar ações operacionais e estruturais, comunicando por meio de reuniões comunitárias os impactos provocados pela autarquia.

- Sugeriu que haja mais coordenação entre Secretaria de Meio Ambiente e SABESP, no sentido de aplicar regras especiais à Vila de Paranapiacaba e seus habitantes.
- Informou que muitos moradores da Vila estão reclamando do valor alto das contas de água há mais de um ano, e que, até o momento, não obtiveram respostas da SABESP. Comentou que o Secretário de Meio Ambiente disse, há cerca de um mês, não ter ciência dos problemas existentes entre a Vila e a Sabesp.
- Explicou que a falta de água ocorre em várias regiões, principalmente em pontos altos de Santo André, não só pelo fato de serem imóveis irregulares mas por outros motivos também. Mencionou que a conselheira Débora dos Santos Diogo (PROLEG) ficou sem abastecimento de água por cinco dias consecutivos, e que ao acionar os canais de atendimento da SABESP não conseguiu respostas em relação à causa do problema nem soluções imediatas. Reforçou que o caso só foi resolvido após o contato com a Ouvidoria da SABESP.
- Questionou a falta de um controle social nas ações da SABESP dentro da Vila, conforme previsão contratual (p. 31 – Item Controle Social – *“Caberá ao titular do serviço estabelecer mecanismos de controle dos serviços – Parágrafo Único – Na forma da lei, o exercício do controle social contará com representantes do Município, do Estado, da ARSESP, da SABESP e Sociedade Civil”*). Perguntou se o item mencionado já foi legalmente estabelecido e se o Comugesan desempenha algum tipo de papel dentro desse Controle Social.
- Walber Nagot (Convidado SABESP) respondeu que a decisão de alterar a estrutura de cobrança de água foi da SABESP, de acordo com diretrizes fixadas pela ARSESP. Comprometeu-se a levantar os problemas das contas que não puderam ser pagas por alguns habitantes de Paranapiacaba.
- Esclareceu que no contrato entre a Prefeitura e a SABESP existe menção à infraestrutura precária de abastecimento da Vila, contudo, não há regras definindo os métodos de cobrança.
- Informou que a SABESP utiliza para a classificação de imóveis (comércio ou residência) a norma do IBGE baseada em um cadastro de economias.

- Respondeu que, para a alteração dos procedimentos de cobrança, não houve consulta ao órgão gestor da Vila. Informou que os cadastros comerciais foram realizados pelo SEMASA e que, periodicamente, a SABESP os atualiza.
- Em relação à falta de abastecimento nos pontos altos de Santo André, explicou que acontece devido a obras da SABESP, paralisações preventivas e regularizações de áreas. Comentou que a SABESP possui um sistema de acompanhamento e verificação das reclamações de falta de água.
- Maíra Galvanese (MDV) perguntou se a articulação do controle social foi implementada.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) respondeu que ainda não foi criada e que iria verificar o andamento da questão.
- Valéria Clednev (Conselho de Paranapiacaba) informou que no Parque Andreense os imóveis, por não possuírem RGI – Registro Geral de

Imóveis, são abastecidos por caminhões-pipa. Relatou que depois que a SABESP assumiu os serviços de água e esgoto, o abastecimento ficou prejudicado, pois a comunicação dos moradores com a estatal tem sido ineficiente, uma vez que as informações de cadastro estão desatualizadas.

- Perguntou qual é a previsão para a conclusão das obras da SABESP dentro do Parque Andreense. Gostaria de saber também se haverá a instalação de duas adutoras na região e se o caminhão-pipa será retirado em algum momento.
- Informou que as caixas UMA – Unidade de Medição de Água estão sendo entregues à população do Parque Andreense e que alguns hidrantes/hidrômetros já foram colocados. Comentou que foi cobrada uma taxa de R\$ 50,00 para a instalação de algumas caixas.
- Perguntou se o calçamento das ruas, ao término das obras, será feito pela própria SABESP e se a água distribuída pelo caminhão-pipa será cobrada em um momento futuro.

- Walber Nagot (Convidado SABESP) confirmou que serão instaladas duas adutoras para a região do Parque Andreense. Respondeu que o prazo para o término das obras é até Agosto de 2021.
- Quanto à retirada dos caminhões-pipa, só será feita após a conclusão das obras da SABESP. Informou que atualmente há 4 caminhões-pipa operando no Parque Andreense, por causa da pandemia da COVID-19. Acrescentou que no período de 2 semanas serão colocados à disposição mais 2 caminhões-pipa para a região.
- Informou que a SABESP distribui gratuitamente as caixas UMA, porém, a responsabilidade pela instalação do equipamento é dos clientes. Esclareceu que a prática de cobrança citada pela Valéria Clednev (Conselho Municipal de Paranapiacaba) é irregular. Acrescentou que todas as cobranças da SABESP são realizadas dentro da conta de água.
- Quanto às obras de calçamento, informou que a empresa contratada pela SABESP fará a reposição das condições anteriores das vias (asfalto por asfalto, paralelepípedo por paralelepípedo etc.).
- Zélia Paralego (Convidada) informou que mesmo pagando suas contas devidamente, possui muitos problemas de falta de água. Relatou que, por esse motivo, enfrenta muitas dificuldades para atender as pessoas que se hospedam em seu estabelecimento em Paranapiacaba.
- Convidou o Walber Nagot (Convidado SABESP) para conhecer melhor a Vila de Paranapiacaba. Propôs o agendamento de uma reunião com os moradores da região.
- Walber Nagot (Convidado SABESP) informou que visitou Paranapiacaba somente 3 vezes. Esclareceu que não haverá menor oferta de água com a instalação do sistema isolado. Comentou que a proposta do projeto é garantir o abastecimento de água a toda a região da Vila.
- Comprometeu-se a realizar uma reunião entre os responsáveis pelo projeto de abastecimento e a população da Vila.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) informou que seria importante a Secretaria de Meio Ambiente atuar como interlocutora dos interesses da comunidade da Vila.

- Helton Alves da Costa (SEESP) comentou que, uma vez que ainda não foi estruturada a Comissão de Controle Social, o foro privilegiado para a discussão das questões sociais é o próprio Comugesan. Sugeriu a criação de um Grupo de Trabalho para avaliar e apurar o andamento do contrato entre Prefeitura e SABESP.
- Perguntou como o Programa Água Legal funciona dentro de Santo André. Salientou que a SABESP tem o dever de informar ao Comugesan o cronograma de ações destinadas ao abastecimento e saneamento das comunidades periféricas de Santo André.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) alegou que o convênio da Sabesp com a Prefeitura não prevê o Comugesan como órgão fiscalizador das ações previstas no contrato.
- Helton Alves da Costa (SEESP) salientou que o Poder Público municipal precisa prestar contas aos munícipes, de forma transparente, sobre as questões de serviços de água e esgoto.
- Walber Nagot (Convidado SABESP) informou, acerca do Programa Água Legal, que a SABESP, em conjunto com a Prefeitura de Santo André, realizou um levantamento técnico para verificar as regiões com maior incidência de problemas de abastecimento. Esclareceu que há um contrato vigente e outro que iniciará até o fim de 2021, para regularizar 15 mil ligações de água. As áreas que serão regularizadas até o fim do primeiro contrato serão: Núcleo São José, Comunidade do Amor, Titã, Haras, Toledana e Pintassilgo. Comprometeu-se a repassar as informações das outras áreas que serão contempladas pelo Programa.
- Afirmou que os líderes das comunidades já foram contatados a respeito das intervenções da SABESP. Acrescentou que é realizado um trabalho social que objetiva uma comunicação clara e eficiente com as comunidades para informar acerca das alterações e benefícios do Programa Água Legal.
- Júlio Bastos (Convidado) informou que no bairro Vila Guiomar tem faltado água periodicamente. Comentou que a alta pressão da água tem estourado muitos canos e hidrômetros de moradores da região. Informou que recebeu uma conta de água com valor de R\$ 8.000,00. Relatou que a SABESP pediu um prazo de 15 dias para avaliar o caso. Gostaria de saber se a conta será reformada.

- Walber Nagot (Convidado SABESP) respondeu que a partir das 23h00, a SABESP reduz a pressão de água, para não ocorrer estouros de encanamento e problemas de vazamento. Informou que esse procedimento de trabalho é comunicado por meio do site da SABESP.
- Quanto à conta mencionada, explicou que após a apuração do caso, a conta terá uma nova data de vencimento com a taxa alterada.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) informou que as perguntas registradas no chat da reunião serão repassadas posteriormente ao Walber Nagot (Convidado Sabesp).
- Raquel Fernandez Varela (MDV) agradeceu a presença do Walber Nagot (Convidado Sabesp). Reforçou que o fato de a Vila ser considerada um patrimônio cultural e histórico desqualifica o conceito de isonomia

aplicado pela SABESP. Acrescentou que por ser um local tombado deve seguir outras regras e condições específicas – diferentes das empregadas nos centros urbanos. Perguntou se há prazo para a instalação do gerador de energia elétrica em Paranapiacaba.

- Walber Nagot (Convidado SABESP) informou que está de mudança para Santo André, a fim de se aproximar dos problemas vivenciados pelas comunidades do município. Comprometeu-se a refletir sobre as questões levantadas pela Raquel Fernandez Varela (MDV) acerca da relevância cultural da Vila de Paranapiacaba. Respondeu que não tem previsão de quando o gerador será instalado, explicando que acionou a área de engenharia responsável pelo atendimento ao município de Santo André, para conseguir mais detalhes da instalação.
- Eduardo Gobatti (ACISA) perguntou como está o andamento do projeto do Piscinão Jaboticabal. Devido à desativação de alguns postos de atendimento presencial, informou alguns municípios enfrentam dificuldades para contatar a SABESP. Perguntou se a SABESP pretende recuperar esta modalidade de atendimento. Solicitou informações sobre a despoluição do Córrego Jundiá.
- Quanto ao Piscinão do Jaboticabal, Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) informou que a SABESP não têm condições de prestar esclarecimentos por não estar envolvida nas atividades projetivas.

- Walber Nagot (Convidado SABESP) informou que as agências de atendimento físicas da SABESP estão fechadas por ora. No entanto, explicou que o Poupatempo está funcionando como ponto de atendimento presencial dos clientes da SABESP. Informou também que há unidades de atendimento móveis itinerantes (no momento estão desativadas). Reforçou que Santo André possui um canal de atendimento exclusivo via Whatsapp.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) agradeceu a presença e os esclarecimentos prestados pelo Walber Nagot (Convidado SABESP).
- Walber Nagot (Convidado SABESP) informou que responderá todas as perguntas registradas no chat da reunião.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) perguntou se o interlocutor de Santo André é o Encarregado de Atividades do Comugesan – Davi Augusto Vieira para encaminhar as pendências do município à SABESP.
- Walber Nagot (Convidado SABESP) respondeu que irá enviar para o Davi Augusto Vieira (Convidado Secretaria Executiva/SEMASA) as respostas dos questionamentos, assim como o seu contato corporativo.

FORMAÇÃO DOS GRUPOS DE TRABALHO – URE ATERRO LARA E PARQUE DO PEDROSO

- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) informou que a formação dos grupos foi solicitada pela Sociedade Civil. Esclareceu que a composição dos grupos deverá contar com, no máximo, 6 participantes (3 do Poder Público e 3 da Sociedade Civil). Perguntou quem da Sociedade Civil gostaria de integrar ambos os grupos.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) manifestou interesse em participar do GT da URE.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) perguntou se havia mais interessados.

- Raquel Fernandez Varela (MDV) sugeriu que a conselheira Gabriela Faria Asmus (UFABC) participasse do GT da URE, pois ela havia manifestado interesse.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) sugeriu que os nomes fossem indicados à Secretaria Executiva por e-mail, após deliberação da Sociedade Civil.
- A plenária concordou com a proposição.
- Em relação à formação do GT do Parque do Pedroso, Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) sugeriu que os participantes sejam indicados pela Sociedade Civil também via e-mail.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) informou que o GT da URE produzirá um relatório com questionamentos elaborados pela Sociedade Civil como uma manifestação do COMUGESAN. Esclareceu que o Parecer Técnico do SEMASA não tem relação direta com o trabalho a ser desenvolvido pelo GT.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) questionou se o Parecer Técnico elaborado pelo SEMASA a respeito dos impactos da URE foi aprovado.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) respondeu que houve a aprovação em plenária, e que o Parecer Técnico não seria alterado.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) alegou que a resposta dada ao MDV referia-se à suspensão do licenciamento do empreendimento por força judicial, e não ao prosseguimento do processo pela CETESB.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) informou que na ocasião da resposta enviada ao MDV o licenciamento havia sido paralisado pelo Ministério Público. No entanto, explicou que tempos depois foi dada a continuidade do processo licenciatório pela CETESB.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) enfatizou que o MDV questionou a validade da reunião virtual de 29 agosto de 2020, na qual aprovou-se o Parecer Técnico do SEMASA, bem como a legalidade da votação e da composição do COMUGESAN. Explicou que a Sociedade Civil entende que o objetivo do GT da URE é confeccionar um novo Parecer Técnico e submetê-lo para nova aprovação.

- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) frisou que o Parecer Técnico do SEMASA já está aprovado.
- Máira Soares Galvanese (MDV) informou que o Parecer Técnico do SEMASA, considerando o modo pelo qual foi introduzido ao COMUGESAN na reunião virtual de agosto, não foi aprovado.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) informou, em relação à URE, que o Ministério Público cobrou do município de Santo André a realização de uma audiência pública, e que, por esse motivo, houve o embargo do licenciamento do empreendimento, conforme relatos da reunião virtual de agosto de 2020.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) esclareceu que a exigência de audiência pública foi feita ao empreendedor e à CETESB, não à Prefeitura de Santo André.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) acrescentou que o COMUGESAN, por ser parte integrante do licenciamento ambiental municipal, precisa discutir os impactos do empreendimento ao Parque do Pedroso.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) questionou a necessidade de se formar o GT para discutir a URE, uma vez que o Parecer Técnico foi aprovado.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) afirmou que o Grupo de Trabalho – URE Aterro Lara foi uma solicitação da Vice-Presidente Elena Maria Rezende (PROLEG).
- Raquel Fernandez Varela (MDV) esclareceu que a sugestão do GT da URE foi feita na primeira reunião (fevereiro de 2021) pela Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA).
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) explicou que o GT deverá elaborar questionamentos e manifestações que serão direcionadas à CETESB.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) questionou se o GT poderá elaborar um novo Parecer Técnico, contrário ao que foi emitido pelo SEMASA.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) respondeu que o Parecer Técnico não poderá ser substituído.

- Máira Soares Galvanese (MDV) alegou que diversos aspectos do Parecer Técnico do SEMASA não foram suficientes para atender aos questionamentos da Sociedade Civil.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) respondeu que o GT da URE representa a manifestação do COMUGESAN. Informou que foi aberto um Processo Administrativo cuja análise jurídica corroborou a validade da reunião virtual de agosto de 2020.
- Raquel Fernandez Varela (MDV) alegou que essa última afirmação não consta na resposta oficial encaminhada ao MDV.
- Eriane Justo Luiz Savoia (DGA/SEMASA) informou que fará o encaminhamento dos documentos que a CETESB enviou ao SEMASA quando foi questionada acerca da suspensão do licenciamento da URE.
- Elena Maria Rezende (PROLEG) propôs os seguintes encaminhamentos em relação à pauta da SABESP: 1º) Criação de um Grupo de Trabalho SABESP; 2º) Agendar uma audiência pública (presencial e/ou virtual) para tratar exclusivamente do contrato firmado entre SABESP e Prefeitura de Santo André; 3º) Realizar uma reunião específica com moradores de Paranapiacaba e todos os gestores do Poder Público, a fim de alinhar propostas de melhoria e intervenção na Vila.
- Ricardo da Silva Kondratovich (SUP/SEMASA) informou que irá verificar a possibilidade de atender a proposta. Sugeriu que a discussão sobre os encaminhamentos seja feita em outra pauta.

JUSTIFICATIVA DE FALTAS

- Justificaram ausência nesta reunião: Secretaria de Saúde – PSA.

ENCERRAMENTO

- Ricardo da Silva Kondratovich (DGA/SEMASA) agradeceu a presença de todos e todas e encerrou a reunião.

Nada mais havendo a tratar, encerrou-se a reunião, cuja Memória assim redigida e devidamente aprovada, deverá ser oportunamente assinada por:

Eriane Justo Luiz Savóia
Secretária Executiva do Comugesan
Diretora do Departamento de Gestão Ambiental do Semasa

Ricardo da Silva Kondratovich
Presidente do Comugesan
Superintendente do Semasa